



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 010/2010

Contrato para a prestação de serviços de desinsetização e desratização dos imóveis que abrigam os Cartórios Eleitorais e dos prédios anexo e sede do TRESA, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. 339 do Pregão n. 119/2009, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Biovetor Serviços Especializados Ltda. ME, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, e com a Resolução n. 9, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento Substituto, Senhor Salésio Bauer, inscrito no CPF sob o n. 444.073.789-72, residente e domiciliado nesta Capital e, de outro lado, a empresa BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. ME, estabelecida na Rua Eleutério da Silva Furtado, s/n, Jardim Atlântico, Florianópolis/SC, CEP 88095550, telefone (48) 32441515, inscrita no CNPJ sob o n. 02.469.364/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Proprietário, Senhor Leandro Jorge Buehring, inscrito, no CPF sob o n. 015680499-94, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, tem entre si ajustado Contrato para a prestação de serviços de desinsetização e dos imóveis que abrigam os Cartórios Eleitorais e dos prédios anexo e sede do TRESA, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, e com a Resolução n. 9, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de desinsetização e desratização, incluindo 2 (duas) aplicações, nos seguintes locais:

ITEM 1 - Florianópolis: no prédio-sede deste Tribunal (incluindo as áreas externas), localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro; prédio-anexo deste Tribunal (incluindo as áreas externas), localizado na Rua Esteves Júnior, n. 80, Centro; nos Cartórios Eleitorais da 100ªZE, 12ªZE e 13ªZE, localizados na Rua Esteves Júnior, n. 157 e no Cartório Eleitoral da 101ªZE, localizado na Rua Santos Saraiva, n. 1155, Estreito, totalizando aproximadamente 9.720 m² (nove mil, setecentos e vinte metros quadrados);

ITEM 2 - Balneário Camboriú: localizado na Quarta Avenida, n. 790, esquina com a Rua 1.926, Centro, Balneário Camboriú/SC, com área de 165,19 m² (cento e sessenta e cinco vírgula dezenove metros quadrados);

ITEM 3 - Balneário de Piçarras: localizado na avenida Getúlio Vargas, esquina com a Avenida Nereu Ramos, n. 109, Edifício Cida Üller, sala 2, em Balneário de Piçarras/SC, com área de 99,53 m² (noventa e nove vírgula cinqüenta e três metros quadrados);

ITEM 4 - Brusque: localizado na Av. das Comunidades, n. 80, Edifício Amélia, sala 201 – 1º andar, Centro, com aproximadamente 252 m² (duzentos e cinqüenta e dois metros quadrados);

ITEM 5 - Gaspar: localizado na rua Jackceia de Andrade, n. 115, bairro Sete de Setembro, com aproximadamente 110 m² (cento e dez metros quadrados);

ITEM 6 - São José: localizado na rua Tiradentes, n. 07, Campinas, com aproximadamente 350 m² (trezentos e cinqüenta metros quadrados);

ITEM 7 - Joinville: localizado na rua Jaguaruna, n. 32, Centro, Joinville/SC, com área de 585 m², aproximadamente, sendo 319 m² (trezentos e dezenove metros quadrados) para o Bloco A e 266 m² (duzentos e sessenta e seis metros quadrados) para o Bloco B;

ITEM 8 - Biguaçu: localizado na rua Rua Hermógenes Prazeres, n. 277, Centro, Biguaçu/SC, com área de 120 m² (cento e vinte metros quadrados);

ITEM 9 - Palhoça: localizado na R. Najla Carone Guedert, 951, Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, Palhoça/SC, com área de 227,64 m² (duzentos e vinte e sete vírgula sessenta e quatro metros quadrados);

ITEM 10 - Indaial: localizado na rua Marechal Floriano Peixoto, n. 35, Indaial/SC, com área de 172,24 m² (cento e setenta e dois vírgula vinte e quatro metros quadrados);

ITEM 11 - Guaramirim: localizado na Rua 28 de Agosto, n. 2000, Centro, Guaramirim/SC, com área aproximada de 200 m² (duzentos metros quadrados);

ITEM 12 - Bom Retiro: localizado na Rua Anita Garibaldi, n. 343, Loja 1 (térreo), Edifício Residencial JVE, Bom Retiro/SC, com área aproximada de 107,39 m² (cento e sete vírgula trinta e nove metros quadrados);

ITEM 13 - Xanxerê: localizado na Travessa Ernesto Carmelli, 55, sala 01, Centro, Xanxerê/SC, com área aproximada de 206 m² (duzentos e seis metros quadrados).

1.2. Os serviços de desinsetização e desratização possuem caráter preventivo, devendo ser realizados mesmo que não haja registros de pragas. A desinsetização abrange, inclusive a prevenção contra baratas e formigas.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 119/2009, de 16/11/2009, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 16/11/2009, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, referente às 2 (duas) aplicações, os seguintes valores:

2.1.1. R\$ 1.749,00 (um mil, setecentos e quarenta e nove reais), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 1**;

2.1.2. R\$ 322,99 (trezentos e vinte e dois reais e noventa e nove centavos), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 2**;

2.1.3. R\$ 359,99 (trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 3**;

2.1.4. R\$ 434,00 (quatrocentos e trinta e quatro reais), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 4**;

2.1.5. R\$ 408,99 (quatrocentos e oito reais e noventa e nove centavos), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 5**;

2.1.6. R\$ 287,00 (duzentos e oitenta e sete reais), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 6**;

2.1.7. R\$ 484,96 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 7**;

2.1.8. R\$ 249,99 (duzentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 8**;

2.1.9. R\$ 229,98 (duzentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 9**;

2.1.10. R\$ 402,52 (quatrocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 10**;

2.1.11. R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 11**;

2.1.12. R\$ 389,50 (trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 12**;

2.1.13. R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais), referente aos serviços executados no imóvel a que se refere a subcláusula 1.1, **ITEM 13**;

2.2. Será pago à Contratada metade do valor contratado quando da primeira aplicação; a outra metade, quando da segunda aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO PARA CONCLUSÃO

3.1. O objeto do presente Contrato deverá ser executado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pelo TRESA;

3.1.1. A segunda aplicação deverá ser realizada 6 (seis) meses após a primeira, no mesmo prazo fixado na subcláusula 3.1.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente Contrato terá início com o recebimento, pela Contratada, deste instrumento, devidamente assinado pelos representantes do Contratante, até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo Chefe do Cartório Eleitoral ou pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após a execução dos serviços, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

6.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, pela fiscalização, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.4. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente processo correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, Natureza da Despesa 3.3.90.39 – Elemento de Despesa Outros Serviços de Terceiros PJ – Subitem 78 – Limpeza e Conservação.

CLÁUSULA OITAVA - DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2009NE001656, em 09/12/2009, no valor de R\$ 6.523,92 (seis mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O Contratante se obriga a:

9.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos neste Contrato;

9.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção Predial ou Chefe de Cartório Eleitoral mencionado na subcláusula 1.1, ou seu substituto, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a:

10.1.1. executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Projeto Básico anexo ao edital do Pregão n. 119/2009 e em sua proposta;

10.1.2. apresentar, antes de firmado o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da notificação que lhe será entregue para este fim, a lista dos produtos a serem utilizados na execução dos serviços e respectiva comprovação de que esses são devidamente registrados no Ministério da Saúde;

10.1.3. fornecer, juntamente com a nota fiscal/fatura, comprovante de execução dos serviços, que deverá conter, no mínimo: nome do Contratante; endereço dos imóveis onde foram realizados os serviços; praga(s) alvo; grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s); nome e concentração de uso do princípio ativo e quantidade do produto aplicado na área; nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente; número do telefone do Centro de Informação Toxicológica mais próximo; e endereço e telefone da Contratada;

10.1.3.1. a nota fiscal/fatura somente será atestada após o fornecimento do

comprovante previsto no subitem 12.1.3.

10.1.4. executar os serviços no prazo e na periodicidade fixada no subitem 1.1.1. deste Edital;

10.1.5. executar os serviços nos locais indicados no ANEXO I deste edital, devendo ser agendadas as aplicações com os respectivos Chefes de Cartório e, para a sede do TRESA, com a Seção de Manutenção Predial, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta; após recebidos, os serviços serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos;

10.1.6. agendar previamente os serviços com os Cartórios Eleitorais e/ou com a Seção de Manutenção Predial para os serviços a serem realizados nos prédios anexo e sede do TRESA;

10.1.6.1. os serviços deverão ser executados sempre às sextas-feiras, a partir das 20 (vinte) horas;

10.1.7. responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços;

10.1.8. fornecer todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários à perfeita execução dos serviços;

10.1.9. assegurar que seus empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços;

10.1.10. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, bem como provê-los com equipamentos de proteção individual;

10.1.11. garantir os serviços pelo período de seis meses, contados do recebimento definitivo dos serviços pelo TRESA;

10.1.12. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRESA;

10.1.13. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESA;

10.1.14. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão; e

10.1.15. cumprir os ditames da Resolução n. 9, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao TRESA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua

proposta, não assinar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais:

- a) impedida de licitar e contratar com a União; e,
- b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

11.2.1. As sanções estabelecidas na Subcláusula 11.2 são de competência da autoridade máxima deste Tribunal.

11.3. Para os casos não previstos na Subcláusula 11.2 poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.3.1. A sanção estabelecida na alínea “d” da Subcláusula 11.3 é de competência do Presidente do TRESA.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total proposto, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

11.4.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado como inexecução total do contrato.

11.5. Da aplicação das penalidades definidas nas Subcláusulas 11.3, alíneas “a”, “b” e “c”, e 11.4 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

11.6. O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.7. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” da Subcláusula 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação

do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993 e da Resolução n. 9/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

12.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 18 de janeiro de 2010.

CONTRATANTE:

SALÉSIO BAUER
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO SUBSTITUTO

CONTRATADA:

LEANDRO JORGE BUEHRING
PROPRIETÁRIO

TESTEMUNHAS:

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

RAFAEL ALEXANDRE MACHADO
COORDENADOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO